

*Ata da 57ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 27 de setembro de 2019.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelino Galo Lula, ad hoc. Às 10h17, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão em **comemoração aos 10 anos da criação da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-BA)**. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs: Adriana Campelo, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; Jones Carvalho, Superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (SUDH), representando o Governo Estadual; Liane Durão, Auditora Fiscal e Coordenadora do Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo; Anderson Rico, Juiz do Trabalho, representando a Associação dos Magistrados do Trabalho; Marcus Vinícius Júnior, representando a Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal; Welliton Rezende Hassegawa, representando a Secretaria de Desenvolvimento Rural; Everaldo Augusto, Chefe de Gabinete, representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre); Ana Burato, Vice-Presidente da Avante – Educação e Mobilização Social; Cássia Margarete Amaro dos Santos, Técnica da Coordenação de Educação no Campo e Quilombola, representando a Secretaria de Educação e Cultura; Guiomar Inez Germani, Professora do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia; e Hildásio Pitanga, Coordenador Técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho da Setre. Após a execução do Hino Nacional, o Deputado Marcelino Galo Lula ressaltou a importância da luta dedicada à erradicação do trabalho escravo e enalteceu aqueles que labutam nesta área. Lamentou que no Brasil ainda persista o trabalho escravo e registrou que o Código Penal Brasileiro prevê como crime tanto o trabalho escravo, quanto o análogo. Disse que o trabalho escravo nunca foi uma exceção e que o alto número de trabalhadores em condições de vulnerabilidade permite a manutenção desta prática. Afirmou que o combate ao trabalho escravo é árduo, pois enfrenta o poder dos latifundiários e a herança cultural brasileira. Criticou a proposta da Bancada Ruralista, em tramitação no Congresso Nacional, que visa dificultar as ações de combate ao trabalho escravo. Parabenizou a Coetrae-BA pelos 10 anos de existência, pela excelência do trabalho prestado, pelo reconhecimento internacional alcançado, fruto de uma ação conjunta de diversos órgãos. O Sr. Hildásio Pitanga informou que a Coetrae-BA compõe a Agenda Bahia do Trabalho Decente da Setre e que esta Secretaria tem um projeto chamado Ação Integrada, inspirado em projeto similar do Mato Grosso do Sul, que recoloca no mercado laboral as vítimas do trabalho escravo. Nomeou os membros da Comissão presentes no evento e comentou o projeto desenvolvido na região de Itambé de inclusão socioprodutiva que visa dar vida digna aos trabalhadores resgatados. Em seguida, a Orquestra Neojibá apresentou quatro

músicas. O Sr. Presidente franqueou a palavra ao Sr. Admar Fontes Júnior, Coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo da SJDHDS, que discorreu sobre o tema do evento, ressaltando a importância da união para que o trabalho da Coetrae-BA seja realizado. A Sra. Guiomar Germani disse que o trabalho da Comissão é uma luta contra a tirania que busca escravizar os indivíduos e afirmou que a escravidão está mais próxima da população do que ela possa imaginar. Apresentou slides contendo os dados catalogados pelo grupo de pesquisas Geografar da UFBA que desde 2009 vem mapeando o trabalho análogo ao de escravo na Bahia, a reinserção das vítimas e as ações continuadas que visam quebrar o círculo vicioso do trabalho escravo. O Sr. Everaldo Augusto disse que o trabalhador brasileiro passa por momentos difíceis devido à precarização do trabalho e à perda de direitos. Ressaltou que ações recentes do Governo Federal, a exemplo da extinção do Ministério do Trabalho e das Reformas Trabalhista e Previdenciária, vêm criando um ambiente favorável ao recrudescimento do trabalho escravo no Brasil. Por fim, informou que a Coetrae-BA é uma ramificação da Agenda Bahia do Trabalho Decente da Setre, que visa reinserir no mercado de trabalho os trabalhadores resgatados. O Sr. Jones Carvalho ressaltou a importância desta Sessão para demonstrar apoio a todos os órgãos e ações que lutam contra a exploração do ser humano. Destacou a coragem dos membros da Coetrae-BA ao colocar em risco a própria vida no combate ao trabalho análogo ao de escravo. Afirmou que o Brasil vive um processo de autoritarismo e criticou a extinção do Ministério do Trabalho e a forma como o Presidente da República conduz o mandato rumo à ditadura. Finalizou afirmando que o combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo ao de escravo continuará. A Sra. Cássia Margarete Santos apresentou slides elaborados pela Coordenação de Educação no Campo e Quilombola sobre a compilação de dados acerca do trabalho escravo na Bahia em comparação com a realidade nacional e finalizou destacando a importância da educação como forma de prevenção ao trabalho análogo ao de escravo. A Sra. Ana Burato comentou as ações existentes na Coetrae-BA, a exemplo da Ação Integrada voltadas para os trabalhadores em situação análoga a de escravo. Demonstrou o orgulho de ser nordestina e ressaltou a importância da existência de grupos que combatam o trabalho escravo. Discorreu sobre as atividades desenvolvidas pela Avante contra o trabalho escravo e a parceria firmada com a Setre. Relatou que, em visita aos Municípios de Aracatu e Teolândia, escutou a comunidade se pronunciar que não há trabalho análogo ao escravo, inclusive ouvindo de alguns o apoio a esta prática. Finalizou afirmando que esta situação persiste por falta de ação local dos municípios, que não ofertam trabalho digno à população. A Sra. Liane Durão registrou pesar em saber que o trabalho análogo ao de escravo ainda persiste no Brasil e disse que desde 1995, quando a escravidão contemporânea foi reconhecida pelo País, foram resgatados mais de 50.000 trabalhadores. Destacou a importância do evento ao reunir diversas instituições que atuam no combate e repressão ao trabalho análogo ao de escravo e informou representar a Inspeção de Trabalho na Coetrae-BA. Defendeu a união de diversas entidades e poderes da União para quebrar

este círculo vicioso. Disse que na Bahia, desde 2017, no âmbito da Inspeção do Trabalho, foi criado um grupo especial de combate ao trabalho análogo ao de escravo que atua em conjunto com outros órgãos. A Sra. Adriana Campelo evidenciou que, para o sucesso da Coetrae-BA, necessário é que diversos órgãos atuem em sintonia. Recordou que os portos baianos foram uma das portas de entrada para a escravidão no Brasil e que até hoje a sociedade brasileira sofre os reflexos históricos destes fatos, evidenciados no trabalhador que não se reconhece atuando em situação análoga à escravidão. Finalizou afirmando que o Ministério Público do Trabalho atua diretamente no combate ao trabalho análogo ao de escravo. O Sr. Anderson Rico ressaltou a importância da Coetrae-BA para o Estado em um momento no qual o Brasil vive um desmonte de todo o sistema de garantias dos direitos sociais e trabalhistas. Disse que o espírito contrário à tirania foi o que motivou a Constituição Federal de 1988, evidenciando a relevância dos valores do trabalho e da livre iniciativa. Criticou o Governo Federal pela extinção do Ministério do Trabalho, pelas Reformas Trabalhista e Previdenciária e expressou o desejo que o sentimento de resistir ao desmonte dos direitos sociais seja eterno. O Sr. Presidente convidou o Sr. Admar Júnior para receber o certificado pelos 10 anos de atuação em defesa dos direitos humanos e combate ao crime na Bahia. Na sequência, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e, às 12h11, declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –